

20  
16

A photograph of a white and yellow bus driving on a road through a wooded area. The bus is the central focus of the image, moving towards the viewer. The background is filled with green trees and foliage. The image is partially obscured by a large blue geometric shape that contains the title text.

# RELATÓRIO E CONTAS

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.



O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 28 de março de 2017



**COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.**

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo  
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Coletiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio – 2.950.558,50 Euros



## Índice

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| <b>Órgãos Sociais</b> .....      | 9  |
| <b>Relatório de Gestão</b> ..... | 11 |
| <b>Contas do Exercício</b> ..... | 25 |

## Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1.1   | Identificação da Entidade .....   | 33 |
| 1.1.1 | Designação da Entidade .....  | 33 |
| 1.1.2 | Objeto e finalidade .....   | 33 |
| 1.1.3 | Sede .....  | 33 |
| 1.1.4 | Designação da empresa mãe.....  | 33 |
| 1.1.5 | Sede da empresa mãe .....   | 34 |
| 2     | Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....         | 34 |
| 2.1   | Disposições gerais .....  | 34 |
| 2.2   | Derrogações às disposições do SNC .....   | 35 |
| 2.3   | Comparabilidade com o ano anterior .....  | 35 |
| 3     | Principais políticas contabilísticas .....  | 35 |
| 3.1   | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: .....       | 35 |
| 3.2   | Outras políticas contabilísticas relevantes.....                                    | 35 |
| 3.3   | Principais estimativas e julgamentos.....   | 43 |
| 3.4   | Principais pressupostos relativos ao futuro .....                                   | 46 |
| 3.5   | Principais fontes de incertezas das estimativas.....                                | 46 |
| 4     | Fluxos de caixa .....   | 46 |
| 5     | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros ..... | 47 |
| 6     | Ativos fixos tangíveis .....  | 48 |
| 7     | Acionistas/sócios.....  | 49 |
| 8     | Impostos sobre o rendimento.....  | 50 |
| 9     | Clientes.....   | 51 |
| 10    | Estado e outros entes públicos .....  | 52 |
| 11    | Outros créditos a receber .....   | 53 |
| 12    | Diferimentos .....  | 54 |
| 13    | Capital subscrito.....  | 54 |
| 14    | Outros instrumentos de Capital .....  | 54 |
| 15    | Reservas legais .....   | 55 |
| 16    | Resultados transitados .....  | 55 |
| 17    | Outras dívidas a pagar.....   | 55 |

|      |  |           |
|------|--|-----------|
| 18   | Fornecedores .....                                       | 56        |
| 19   | Vendas e serviços prestados .....                        | 56        |
| 20   | Subsídios à exploração .....                             | 57        |
| 21   | Fornecimento e serviços externos .....                   | 59        |
| 22   | Gastos com o pessoal.....                                | 60        |
| 23   | Outros rendimentos e ganhos.....                         | 61        |
| 24   | Outros gastos e perdas.....                              | 61        |
| 25   | Gastos / Reversões de depreciação e de amortização ..... | 62        |
| 26   | Divulgações de partes relacionadas .....                 | 62        |
| 27   | Acontecimentos após a data de balanço .....              | 63        |
| 28   | Outras informações.....                                  | 64        |
| 28.1 | Anexo ao relatório do conselho de administração .....    | 64        |
|      | <b>Certificação Legal de Contas .....</b>                | <b>67</b> |
|      | <b>Relatório e Parecer do Fiscal Único .....</b>         | <b>71</b> |



## Órgãos Sociais

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE António José Jardim Faria

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso

VOGAL Susana Maria Florença Pinto Correia

### FISCAL ÚNICO

BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. SROC n.º 29

Representado por João Paulo Torres da Cunha Ferreira ROC N.º.956



## **Relatório de Gestão**

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### **APRESENTAÇÃO**

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por SG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, composta por agregação de capitais públicos, tem como atividade o transporte coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

No decorrer deste exercício, foram nomeados novos Órgãos Sociais para o exercício de funções para o triénio 2016/2018. O novo Conselho de Administração tomou posse em 01/04/2016, permanecendo o anterior presidente e substituídos os dois vogais. De igual modo tomaram posse os novos membros da Assembleia Geral e Órgãos Fiscais, neste caso Fiscal Único.

### **ENQUADRAMENTO GERAL**

A SG está implantada no mercado dos transportes públicos de passageiros, na Região Autónoma da Madeira, como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação e ciente da responsabilidade do serviço social que presta, prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos e informação de apoio fornecida ao cliente.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, pública e social, atuando na área da mobilidade, através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações residentes, nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade de serviço, cumprindo, desta forma, com o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros que foi adaptado à Região Autónoma da Madeira, através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M e com o Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Por outro lado está também implementada no mercado de aluguer de viaturas com condutor, serviço de transportes de pessoas, normalmente a agências de viagens e para o turismo. Atendendo que economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do turismo, pois este representava em 2015, última informação disponível, cerca de 24% do PIB regional, a atividade da SG, neste segmento é contribuir para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira.

## **ACTIVIDADE**

Para perceber um pouco a evolução da atividade da SG nestes últimos anos, é necessário lembrar que Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional e que a Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República Portuguesa. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias emigração e elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e logo, afetando atividade da SG.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2016, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima desejados, principalmente na atividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

No entanto, há que relevar o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que a SG revisse toda a sua atividade, tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços como nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados.

Terminado o plano acima descrito e a economia da RAM e do País cresceu ligeiramente e a taxa de desemprego decresceu, também ligeiramente, mantiveram-se praticamente todas as medidas restritivas em vigor. No entanto, não houve medidas que contribuíssem fortemente para um maior rendimento das famílias, para criação de emprego e para a desaceleração da emigração, logo, não existindo incentivos ao crescimento da mobilidade das pessoas. Por este facto, a atividade da SG continua a ser influenciada pelo decréscimo da procura.

Do exposto e complementando a breve análise à atividade da SG, abaixo discriminamos os principais motivos que contribuíram para a melhoria dos resultados deste exercício:

- Nas viaturas, por atingirem o seu fim de vida útil e o não haver investimento na aquisição de novas, que resulta num decréscimo nos gastos de depreciações;
- No custo do litro do gasóleo, custo incontrolável, que motivado pela grande concorrência na oferta, por parte das petrolíferas, fez com que a SG conseguisse uma redução no preço de aquisição. No entanto, há que realçar que ao longo deste exercício, o preço unitário tem vindo sempre a aumentar diluindo assim o efeito inicialmente esperado.
- Na redução de outros gastos, resultantes da contratação de serviços externos, nomeadamente, serviços de auditoria e conservação e reparação de viaturas;
- No ligeiro aumento das indemnizações compensatórias, resultante do valor do Iva que deixou de ser tributado;
- No serviço de Turismo uma descida na procura sendo nos alugueres ocasionais um aumento e uma descida nos serviços requisitados pelas agências de viagens.

Neste exercício, mais precisamente a 29/12/2016, destacamos a aquisição da Estação de Serviço da Camacha, já utilizada pela SG, pertença da empresa-mãe, HF, que veio valorizar o seu património.

De realçar também, a realização por parte da empresa-mãe, HF de prestações suplementares de capital, uma parte no exercício anterior e outra parte no final deste exercício, para ultrapassar a situação em que se encontrava com o Capital Próprio abaixo dos limites permitidos pela legislação, ou seja, inferior a 50% do Capital Social.

Tendo em consideração, que o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros foi adaptado à Região Autónoma da Madeira através do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2016/M, no serviço interurbano, o equilíbrio da atividade operacional e dos resultados da SG, encontra-se dependente do concurso público para a concessão de transporte público da Região Autónoma da Madeira, bem como de uma eventual redefinição da estratégia regional, a qual deverá estar enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

No serviço de turismo, afigura-se uma significativa descida não só pela redução do número de viaturas afetas ao serviço, mas também pela antiguidade das mesmas. No entanto, também poderá ter um efeito positivo pelo enquadramento deste tipo de serviço, nos objetivos do documento estratégico para o turismo da região 2017/2021.

### **SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS**

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspetos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial, exceção feita a problemas de circulação provocados pelos incêndios ocorridos em Agosto do presente exercício.

**OFERTA**

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

O total de Km percorridos, em 2016, foi praticamente idêntico ao do ano anterior, fixando-se nos 1.497.703 quilómetros, menos 3.285 Km.

Foram realizadas 56.444 viagens, menos 823 que no ano anterior.

A redução de viagens deveu-se, essencialmente, à supressão de uma viagem na carreira 114.

O quadro abaixo apresenta, em resumo, os indicadores da oferta comparativamente com ano anterior:

| <b>Indicadores</b>     | <b>2016</b> | <b>2015</b> | <b>Quant.</b> | <b>%</b> |
|------------------------|-------------|-------------|---------------|----------|
| Km úteis               | 1.371.577   | 1.383.419   | -11.842       | -0,86%   |
| Km em vazio            | 126.125     | 117.568     | 8.557         | 7,28%    |
| Total km               | 1.497.703   | 1.500.988   | -3.285        | -0,22%   |
| % km vazios            | 8,42        | 7,83        | 0,59          | 7,54%    |
| Lotação média          | 60          | 60          | 0,00          | 0,00%    |
| Lugares/km, oferecidos | 82.294.671  | 83.005.187  | -710.516      | -0,86%   |
| Viagens realizadas     | 56.444      | 57.267      | -823          | -1,44%   |
| Velocidade média (Km)  | 27,4        | 27,1        | 0             | 1,11%    |

**PROCURA**

O número de passageiros transportados foi de 1.182.568, registando uma redução de 53.465 (4,3%), relativamente ao ano anterior.

Uma breve análise à venda de títulos:

- Nos bilhetes verifica-se uma descida generalizada de 11.080 títulos, menos 2,06% em relação ao ano anterior e focaliza-se essencialmente nos títulos, Funchal 2 e Zona 2. As reduções, algumas significativas, justificam-se pela ainda elevada taxa de desemprego, emigração e contensão de custos por parte das famílias;
- Nos passes sociais, verifica-se uma descida 657 títulos, menos 3,32% que no ano anterior. A redução regista-se em quase todos os tipos de títulos, principalmente nos estudantes e pelos mesmos motivos acima descritos.

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

| <b>Indicadores</b>         | <b>2016</b> | <b>2015</b> | <b>Quant.</b> | <b>%</b> |
|----------------------------|-------------|-------------|---------------|----------|
| Passageiros transportados  | 1.182.568   | 1.236.033   | -53.465       | -4,33%   |
| Percurso médio             | 19          | 19          | 0,00          | 0,00%    |
| Passageiro/km transportado | 22.043.068  | 23.039.655  | -996.587      | -4,33%   |
| Taxa de ocupação           | 26,79       | 27,76       | -0,97         | -3,49%   |

### **FISCALIZAÇÃO**

Foram fiscalizadas 3.115 viagens, o que corresponde a menos 2.854 (24,3%), relativamente ao ano anterior, redução motivada pela menor disponibilidade de fiscais ao serviço. O total de passageiros fiscalizados foi de 38.487, menos 27.663 passageiros.

### **PARAGENS**

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

### **SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO**

#### **OFERTA**

O material circulante, afeto a estes serviços apresenta uma idade média elevada, o que, para além de ser uma desvantagem face à concorrência, principalmente em condições de apresentação e conforto, tem reflexos negativos de ordem comercial, na imobilização e nos custos da manutenção.

Foram realizados 4.791 serviços, menos 730 serviços que no ano anterior e percorridos 333 mil Km, menos 12 mil Km que no ano anterior.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta:

| Indicadores         | 2016    | 2015    | Quant.  | %       |
|---------------------|---------|---------|---------|---------|
| Veículo/km (total)  | 332.802 | 344.853 | -12.051 | -3,49%  |
| Lotação média       | 49      | 46      | 3       | 6,52%   |
| Serviços realizados | 4.791   | 5.521   | -730    | -13,22% |
| Frota (unidades)    | 39      | 39      | 0       | 0,00%   |

A frota disponível, manteve a tipologia de 53, 24 e 18 lugares, num total de 39 unidades e com uma idade média de 16 anos.

### PROCURA

Pelos dados estatísticos e em relação ao ano anterior, o porto do Funchal registou uma redução do número de navios escalados bem como o número de passageiros entrados. Atendendo a este fato e que a procura provém essencialmente do serviço, gerado pelo movimento de passageiros entrados na Região, sendo o seu maior enfoque os desembarcados dos navios cruzeiros que escalam o porto do Funchal, a SG também registou também uma redução neste tipo de serviço, ou seja, menos serviços requisitados pelas agências de viagens.

No que diz respeito a outros serviços de aluguer, que não agências de viagens, registou-se um ligeiro aumento, sem qualquer significado.



**RECURSOS HUMANOS**

Os principais indicadores são os seguintes:

| <b>Indicadores</b>        | <b>2016</b> | <b>2015</b> |
|---------------------------|-------------|-------------|
| Nº Funcionários           | 69          | 69          |
| Saídas                    | 0           | 2           |
| Entradas                  | 0           | 5           |
| Faltas (em nº horas)      | 5.265       | 3.977       |
| Taxa Trab. Suplementar    | 13,5%       | 14,2%       |
| Formação                  |             |             |
| Cursos                    | 7           | 16          |
| Formandos                 | 15          | 39          |
| Horas formação            | 300         | 962         |
| Exames médicos periódicos | 26          | 55          |
| Exames médicos ocasionais | 85          | 126         |
| Acidentes de trabalho     | 2           | 0           |
| Álcool testes efectuados  | 1.236       | 1.372       |
| Testes positivos          | 0           | 0           |

**FROTA E MANUTENÇÃO**

A SG terminou o ano com 98 viaturas, igual número que o ano anterior, sendo 59 no serviço Interurbano e 39 no Turismo.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- No serviço interurbano, 27 anos;
- No serviço de aluguer/turismo, 16 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção da frota da SG, destacando-se as seguintes intervenções:

- Reparações gerais, 2, menos uma que no ano anterior;
- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões em todas as viaturas. Foram efetuadas 259, menos 84 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 187 inspeções periódicas às viaturas, igual número que no ano anterior.

O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 1,10 euros, para as viaturas afetas ao serviço de turismo e de 0,89 euros para as do serviço interurbano. Menos 0,12 euros e 0,07 euros que no ano anterior, respetivamente.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano aumentou em 0,14 litros sendo agora de 58,40 L/100 km. No serviço de turismo foi de 54,60 L/100 km e era de 52,74 L/100 km, mais 1,86 litros.

## **SEGURANÇA E AMBIENTE**

A SG está firmemente empenhada na Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente. Faz parte da sua cultura e estratégia. Aproveitando as sinergias da empresa mãe - HF que criou uma Unidade específica de controlo interno em segurança e ambiente, para implementar, acompanhar e verificar o cumprimento de regras internas e da legislação em vigor, desenvolvendo esforços para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, visando a prevenção de riscos profissionais, a promoção da saúde no trabalho, a redução das taxas de absentismo e sinistralidade, o aumento da motivação dos trabalhadores e aumento da produtividade.

## **COMUNICAÇÃO E MARKTING**

Sendo uma das necessidades primárias da SG a satisfação do cliente, foi neste sentido que a comunicação e marketing se focalizou para atrair e influenciar o cliente na sua mobilidade, através das seguintes atividades:

- Interação/comunicação com os diferentes tipos de clientes e público em geral, tomando em consideração as diferentes características da informação, nomeadamente no que se refere ao ciclo de vida dos serviços/produtos, natureza, disponibilidade, grau de integração e tipologia de interação;
- Visibilidade e notoriedade da SG, através da divulgação da sua atividade, do empenho dos colaboradores, dos serviços oferecidos e dos projetos desenvolvidos;
- Melhoria na informação ao público no que diz respeito às alterações relacionadas com a oferta do serviço de transporte público, assim como na divulgação de pacotes promocionais, recorrendo às novas ferramentas tecnológicas (facebook).
- Publicidade institucional e venda de espaços a terceiros para publicitarem os seus produtos nos nossos autocarros.

A venda de espaços publicitários subiu ligeiramente em relação ao ano anterior, embora só fosse realizada uma única campanha em cada exercício.

**SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA****ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS EM 2016**

| <b>Demonstração dos resultados</b> | <b>S. Interurbano</b> | <b>S. Turismo</b> | <b>Total</b>        |
|------------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| <b>Gastos e perdas</b>             |                       |                   |                     |
| Gastos pessoal                     | 1.296.667,28          | 211.962,33        | 1.508.629,61        |
| Forn. Serv. Externos-Combustíveis  | 674.252,70            | 158.334,83        | 832.587,53          |
| Forn. serv. Externos-Outros        | 952.912,60            | 433.256,62        | 1.386.169,22        |
| Gastos dep. Amortizações           | 222.708,19            | 28.267,33         | 250.975,52          |
| Gastos e perdas financiamento      |                       |                   | 0,00                |
| Restantes gastos e perdas          | 18.347,20             | 12.838,19         | 31.185,38           |
|                                    | <b>3.164.887,97</b>   | <b>844.659,30</b> | <b>4.009.547,26</b> |
| <b>Rendimentos e ganhos</b>        |                       |                   |                     |
| Prestação de serviços              | 2.456.935,93          | 839.219,18        | 3.296.155,11        |
| Ind. Compensatória-ent.públicas    | 753.523,60            | 0,00              | 753.523,60          |
| Restantes rend. e ganhos           | 24.734,02             | 9.765,61          | 34.499,63           |
|                                    | <b>3.235.193,55</b>   | <b>848.984,79</b> | <b>4.084.178,34</b> |
| <b>Resultados antes impostos</b>   | <b>70.305,59</b>      | <b>4.325,50</b>   | <b>74.631,08</b>    |

| <b>Demonstração do Resultado por Km percorrido</b> |                    |                |
|--|--------------------|----------------|
| <b>Gastos e Perdas</b>                             | <b>Interurbana</b> | <b>Turismo</b> |
| Custos Exploração / Km                             | 2,29               | 2,50           |
| Outros Custos / Km                                 | 0,01               | 0,04           |
| Total de Custos / Km                               | 2,30               | 2,54           |
| <b>Rendimentos e Ganhos</b>                        | <b>Interurbana</b> | <b>Turismo</b> |
| Proveitos de Exploração / Km                       | 2,34               | 2,52           |
| Outros Proveitos / Km                              | 0,02               | 0,03           |
| Total de Proveitos / Km                            | 2,36               | 2,55           |
| <b>Resultado / Km</b>                              | <b>0,06</b>        | <b>0,01</b>    |

| <b>Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado</b> |                    |
|--|--------------------|
| <b>Gastos e Perdas</b>                                       | <b>Interurbana</b> |
| Custos Exploração / Passageiro                               | 2,66               |
| Outros Custos / Passageiro                                   | 0,02               |
| Total de Custos / Passageiro                                 | 2,68               |
| <b>Rendimentos e Ganhos</b>                                  | <b>Interurbana</b> |
| Proveitos de Exploração / Passageiro                         | 2,71               |
| Outros Proveitos / Passageiro                                | 0,02               |
| Total de Proveitos / Passageiro                              | 2,73               |
| <b>Resultado / Passageiro</b>                                | <b>0,06</b>        |

O resultado líquido deste exercício é positivo em 69.489,52 euros e no ano anterior foi negativo em negativo em 112.972,51 euros.

Foi estimado o valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no montante de 5.141,56 euros.

Os dois serviços que compõem a atividade da SG apresentam os seguintes resultados positivos, antes de impostos:

- O Interurbano no valor de 70 mil euros e no ano anterior negativo de 257 mil euros, também negativo;
- O de Turismo no montante de 4 mil euros, quando em 2015 foi de 144 mil euros.

Da análise efetuada, verifica-se uma melhoria nos resultados em relação aos dos últimos anos, praticamente sempre negativos e refletidos num EBITDA positivo de 326 mil euros, no ano anterior de 137 mil.

Abaixo realçamos as variações mais significativas das rubricas da Demonstração dos Resultados, comparativamente ao exercício anterior:

## **Gastos**

### **Reduções**

- Nos fornecimentos e serviços externos em 191 mil euros, menos 7,9 % que em relação ao ano anterior, sendo o gasóleo e a conservação e reparação de viaturas que mais contribuíram para esta redução, 69 mil euros e 77 mil euros respetivamente;
- Na rubrica gastos com o pessoal em 112 mil euros, menos 6,9%, que no ano anterior, sendo justificado pelo pagamento em 2015 de 126 mil euros relativo a descanso compensatório por trabalho suplementar prestado entre 2004 e 2012, atendendo que não houve qualquer aumento salarial e o quadro de pessoal estável.

### **Aumentos:**

- Nos gastos/reversões de depreciação, mil euros, embora sem qualquer relevo, verifica-se que o ativo fixo, viaturas, encontra-se totalmente amortizado, por esgotamento da vida útil, exceção feita aos órgãos de substituição que não aumentando a vida útil das viaturas contribuem para o seu bom funcionamento. Verifica-se também um aumento pela aquisição da Estação da Camacha em 38 mil euros.

Nos outros gastos, não acima referidos, existem variações positivas e negativas de pouco relevo mas que contribuíram para os resultados apresentados.

## Rendimentos

### Aumentos

- Nos subsídios à exploração, um aumento de 58 mil euros, com a seguinte justificação e breve resenha sobre o assunto:

Atendendo que o protocolo/contrato para o presente exercício não foi assinado, a indemnização compensatória foi inicialmente registada por estimativa e de acordo com o protocolo efetuado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à SG e no valor de 661 mil euros, refere também, que o valor provisório a processar em 2015, será o atrás referido, exceto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2015, apresentados pela SG, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar, supostamente em 2016. O valor ainda não foi apurado e não resultando em qualquer alteração.

Por via do protocolo acima referido e relacionado com o período de 2015, reflete-se em 2016 o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, daquele exercício, seria efetuado pela Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 34 mil euros a favor da SG. À data do presente relatório, ainda não foi efetuado o apuramento final de 2015.

O valor acima estimado e o montante registado nas Demonstrações Financeiras, divergem em mais 93 mil euros pelo fato da SG ter considerado que as Indemnizações Compensatórias (IC) não se encontravam sujeitas a IVA. Daquele valor, 60 mil euros referem-se ao IVA liquidado das IC recebidas desde agosto de 2014 a agosto de 2016, período em que é aceite regularizações

pela Autoridade Tributária (AT). Os restantes 33 mil euros é o valor do IVA do próprio exercício, atendendo que a SG considerava que 5% do valor recebido das IC era entregue à AT.

Foram revertidos 5 mil euros de ajustamentos relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, referentes às Indemnizações Compensatórias do ano de 2011 e em igual período do ano anterior, 63 mil euros. Os ajustamentos foram reconhecidos, nas demonstrações financeiras, na rubrica subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20.

- Nas imparidades das dívidas a receber, menos 36 mil euros devido essencialmente, a ajustamentos e reversões efetuados na rubrica de clientes.

#### **Reduções:**

Nas prestações de serviços menos 81 mil euros que no ano anterior distribuído pelas seguintes rubricas:

- No serviço interurbano, uma redução nas vendas de títulos, tanto nos bilhetes como nos passes, sendo de 15 mil euros (-2,6%) e 42 mil euros (-3,3%) respetivamente. No total uma redução no montante de 57 mil euros. Neste exercício, tal qual desde 2013, não houve alteração do tarifário;
- No serviço de aluguer/ turismo menos de 24 mil euros (-2,3%), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nos outros ganhos, não acima referidos, existem variações positivas e negativas de pouco relevo mas que também contribuíram para os resultados apresentados.

**Principais indicadores económico-financeiros**

| DESCRIÇÃO                       | 2016         | 2015         | Variação    |
|---------------------------------|--------------|--------------|-------------|
| Activo não corrente             | 2.156.000,57 | 436.774,90   | 393,62 %    |
| Activo corrente                 | 2.786.345,10 | 2.258.564,49 | 23,37 %     |
| Diferimentos activos            | 41.542,36    | 41.837,98    | -0,71 %     |
| Caixa e depósitos bancários     | 144.010,62   | 136.228,67   | 5,71 %      |
| Total do activo                 | 4.942.345,67 | 2.695.339,39 | 83,37 %     |
| Capital realizado               | 5.000.000,00 | 5.000.000,00 | 0,00 %      |
| Capital próprio                 | 2.950.558,50 | 1.181.068,98 | 149,82 %    |
| Passivo                         | 1.991.787,17 | 1.514.270,41 | 31,53 %     |
| Diferimentos passivos           | 57.206,72    | 61.198,04    | -6,52 %     |
| Vendas Prestações de serviços   | 3.296.155,11 | 3.377.341,86 | -2,40 %     |
| Resultados operacionais         | 74.631,08    | -112.964,15  | 166,07 %    |
| Resultados antes de impostos    | 74.631,08    | -112.964,15  | 166,07 %    |
| Imposto s/ o rend. do exercício | -5.141,56    | -8,36        | 61.401,91 % |
| Resultado líquido do exercício  | 69.489,52    | -112.972,51  | 161,51 %    |

**INVESTIMENTO**

Neste exercício, a SG investiu 1.982 mil euros, sendo 1.664 mil euros na aquisição da Estação de serviço da Camacha, à empresa-mãe HF, composto por um terreno um edifício e respetivos equipamentos, 151 mil euros de despesas de registo e 167 mil euros em reparações de órgãos de substituição de viaturas.

**DESINVESTIMENTO**

Procedeu-se ao abate de alguns órgãos de substituição de viaturas, tendo estes sido substituídos por outros reparados. O montante total foi de 526 mil euros.



## **CAPITAL PRÓPRIO**

O Capital Próprio da sociedade, no valor de 2.950.558,50 euros, que no exercício anterior encontrava-se abaixo de 50% do valor do Capital Social, foi no presente exercício ultrapassada essa situação, dando assim cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e ao estipulado em Assembleia Geral de 30/12/2015, em que a acionista única, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

## **FINANCIAMENTO**

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

## **PERSPECTIVAS FUTURAS**

Existe a necessidade de continuar a reestruturação da SG, tendo em vista a gestão dos recursos disponíveis, materiais e humanos, no sentido de dotar a empresa de capacidades próprias para a prestação da sua atividade assegurando tanto quanto possível o seu equilíbrio económico e financeiro.

Em 2017, não está previsto qualquer investimento.

O tarifário, em 2017, ainda não foi alterado e não é do nosso conhecimento que o venha a ser, pelo menos até à data do presente relatório. As tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela SG nas suas vendas, são fixadas, pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito.

O protocolo/contrato para atribuição da Indemnização Compensatória do ano de 2016 ainda não foi formalizado à data do presente relatório, no entanto perspectiva-se que venha a refletir o mesmo montante atribuído no ano anterior.

Continuará a sentir-se dificuldade em melhorar os níveis da procura, apesar das anunciadas perspectivas de algum crescimento económico e de ligeira redução do desemprego. No entanto, a SG vai continuar a desenvolver a sua atividade focalizada nas necessidades de mobilidade dos seus clientes, cumprindo com a regulamentação em vigor e efetuando os ajustamentos que se revelarem necessários sempre alinhada com Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

## **RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

No decorrer deste exercício, foram nomeados novos Órgãos Sociais para o exercício de funções para o triénio 2016/2018. Por este facto o Concelho de Administração informa que os anteriores Órgãos Sociais cessaram as suas funções em 31/03/2016 e eram compostos da seguinte forma:

**Mesa da Assembleia Geral**

Presidente: João Heliodoro da Silva Dantas

Secretário António Manuel Pita Rentróia

**Conselho de Administração**

Presidente: Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

Vogais:

João Alcindo de Freitas

António José Jardim Faria

**Fiscal Único**

KPMG & Associados S.R.O.C. representada por Adelaide Maria Veigas Clare Neves, ROC nº 862.

O novo Conselho de Administração tomou posse em 01/04/2016.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, positivo, no valor de 69.489,52 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados, depois de retirado 5% do seu valor no montante de 3.474,47 euros para reservas legais.

Funchal, 22 de março de 2017

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves      Presidente

Cláudia Patrícia Pereira do Couto Cardoso      Vogal

Susana Maria Florença Pinto Correia      Vogal

## **Contas Do Exercício**

**BALANÇO**

| Rubricas                                     | Notas | Exercício           |                     |
|--|-------|---------------------|---------------------|
|  |       | 2016                | 2015                |
| <b>ACTIVO</b>                                |       |                     |                     |
| <b>Activo não corrente</b>                   |       |                     |                     |
| Activos fixos tangíveis                      | 6     | 2.156.000,57        | 436.774,90          |
| Créditos a receber                           |       |                     |                     |
|  |       | <b>2.156.000,57</b> | <b>436.774,90</b>   |
| <b>Activo corrente</b>                       |       |                     |                     |
| Inventários                                  |       | 1.663,21            | 1.836,30            |
| Clientes                                     | 9     | 877.470,72          | 298.734,11          |
| Adiantamentos a fornecedores                 | 18    | 97,15               | 35,79               |
| Estado e outros entes públicos               | 10    | 332.551,56          | 195.485,29          |
| Accionistas / sócios                         | 7     | 321.884,93          | 1.239.428,86        |
| Outros créditos a receber                    | 11    | 1.067.124,55        | 344.977,49          |
| Diferimentos                                 | 12    | 41.542,36           | 41.837,98           |
| Caixa e depósitos bancários                  | 4     | 144.010,62          | 136.228,67          |
|  |       | <b>2.786.345,10</b> | <b>2.258.564,49</b> |
| <b>Total do Activo</b>                       |       | <b>4.942.345,67</b> | <b>2.695.339,39</b> |
| <b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>             |       |                     |                     |
| <b>Capital próprio</b>                       |       |                     |                     |
| Capital subscrito                            | 13    | 5.000.000,00        | 5.000.000,00        |
| Outros instrumentos de capital próprio       | 14    | 2.700.000,00        | 1.000.000,00        |
| Reservas legais                              | 15    | 55.883,80           | 55.883,80           |
| Resultados transitados                       | 16    | -4.874.814,82       | -4.761.842,31       |
| Resultado líquido do período                 |       | <b>69.489,52</b>    | <b>-112.972,51</b>  |
| Interesses que não controlam                 |       |                     |                     |
| <b>Total do Capital Próprio</b>              |       | <b>2.950.558,50</b> | <b>1.181.068,98</b> |
| <b>PASSIVO</b>                               |       |                     |                     |
| <b>Passivo não corrente</b>                  |       |                     |                     |
| <b>Passivo corrente</b>                      |       |                     |                     |
| Fornecedores                                 | 18    | 1.259.748,89        | 921.657,66          |
| Adiantamentos de clientes                    |       | 1.548,81            | 492,86              |
| Estado e outros entes públicos               | 10    | 38.318,84           | 43.059,18           |
| Outras dívidas a pagar                       | 17    | 634.963,91          | 487.862,67          |
| Diferimentos                                 | 12    | 57.206,72           | 61.198,04           |
|  |       | <b>1.991.787,17</b> | <b>1.514.270,41</b> |
| <b>Total do Passivo</b>                      |       | <b>1.991.787,17</b> | <b>1.514.270,41</b> |
| <b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b> |       | <b>4.942.345,67</b> | <b>2.695.339,39</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

| RENDIMENTOS E GASTOS   | NOTAS   | Exercícios        |                    |
|--|---------|-------------------|--------------------|
|  |         | 2016              | 2015               |
| Vendas e serviços prestados  | 19      | 3.296.155,11      | 3.377.341,86       |
| Subsídios à exploração   | 11 e 20 | 758.037,29        | 758.016,73         |
| Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas                       |         | -6.584,69         | -6.207,19          |
| Fornecimentos e serviços externos  | 21      | -2.218.756,75     | -2.409.703,02      |
| Gastos com pessoal   | 22      | -1.508.629,61     | -1.620.202,38      |
| Imparidades de inventários (perdas/reversões)                              |         | -412,86           |                    |
| Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)                        | 9 e 10  | 2.057,15          | 38.136,38          |
| Outros rendimentos e ganhos  | 23      | 27.169,78         | 15.085,66          |
| Outros gastos e perdas   | 24      | -23.428,82        | -15.762,00         |
| <b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b> |         | <b>325.606,60</b> | <b>136.706,04</b>  |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização                           | 6 e 25  | -250.975,52       | -249.670,19        |
| <b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b> |         | <b>74.631,08</b>  | <b>-112.964,15</b> |
| Juros e rendimentos similares obtidos                                      |         |                   |                    |
| Juros e gastos similares suportados  |         |                   |                    |
| <b>Resultado antes de impostos</b>   |         | <b>74.631,08</b>  | <b>-112.964,15</b> |
| Imposto sobre rendimento do período  | 8 e 10  | -5.141,56         | -8,36              |
| <b>Resultado líquido do período</b>  |         | <b>69.489,52</b>  | <b>-112.972,51</b> |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## FLUXOS DE CAIXA

| RUBRICAS  | Exercícios           |                     |
|---|----------------------|---------------------|
|   | 2016                 | 2015                |
| <b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>                             |                      |                     |
| Recebimentos de Clientes                                    | 2.753.795,70         | 2.929.735,24        |
| Pagamento a Fornecedores                                    | -2.554.164,66        | -3.744.907,73       |
| Pagamentos ao Pessoal                                       | -885.652,67          | -894.114,59         |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais                | -686.021,63          | -1.709.287,08       |
| Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento       | -7.570,18            | -7.315,78           |
| Outros recebimentos / pagamentos                            | 648.586,00           | 860.739,67          |
| <b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>     | <b>-45.005,81</b>    | <b>-855.863,19</b>  |
| <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>                          |                      |                     |
| <b>Pagamentos de</b>  |                      |                     |
| Activos Fixos Tangíveis                                     | -1.647.212,24        | -128.348,69         |
| <b>Recebimentos de</b>                                      |                      |                     |
| Activos Fixos Tangíveis                                     |                      |                     |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>  | <b>-1.647.212,24</b> | <b>-128.348,69</b>  |
| <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                         |                      |                     |
| <b>Recebimentos de</b>                                      |                      |                     |
| Real. Capital e out. instrumentos capital próprio           | 1.700.000,00         | 1.000.000,00        |
| <b>Pagamentos de</b>  |                      |                     |
| Juros e gastos similares                                    |                      |                     |
| <b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b> | <b>1.700.000,00</b>  | <b>1.000.000,00</b> |
| <b>Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>         | <b>7.781,95</b>      | <b>15.788,12</b>    |
| Efeitos das diferenças de câmbio                            | 0,00                 | 0,00                |
| Caixa e seus equivalentes no início do período              | 136.228,67           | 120.440,55          |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período                 | 144.010,62           | 136.228,67          |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

| Demonstração das alterações no capital próprio no período 2015 |         |  |  |                             |                        |                                     | Valores em euros         |                              |
|--|---------|--|--|-----------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------|
|  | Notas   | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa |  |                             |                        |                                     | Total do Capital Próprio |                              |
|  |         | Capital Realizado  | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas legais             | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio |                          | Resultado líquido do período |
| <b>Posição no Início do Período 2015</b>                       |         | 5 000 000,00   | -                                      | 55 883,80                   | (4 272 623,11)         | 32,73                               | (489 212,06)             | 294 081,36                   |
| <b>Alterações no Período</b>                                   |         |  |  |                             |                        |                                     |                          |                              |
| Reconhecimento de subsídios ao investimento                    | 15 e 16 |  |  |                             | (7,14)                 | (39,87)                             |                          | (47,01)                      |
| Ajustamentos por impostos diferidos                            |         |  |  |                             | -                      | 7,14                                |                          | 7,14                         |
| Aplicação do resultado líquido do período                      | 15      |  |  |                             | (489 212,06)           |                                     | 489 212,06               | -                            |
|  |         | -  | -                                      | -                           | (489 219,20)           | (32,73)                             | 489 212,06               | (39,87)                      |
| <b>Resultado Líquido do Período</b>                            |         |  |  |                             |                        |                                     | (112 972,51)             | (112 972,51)                 |
| <b>Resultado integral</b>                                      |         |  |  |                             |                        |                                     | 376 239,55               | 376 239,55                   |
| Outras operações   | 13      |  | 1 000 000,00                           |                             |                        |                                     |                          | 1 000 000,00                 |
|  |         | -  | 1 000 000,00                           | -                           | -                      | -                                   | -                        | 1 000 000,00                 |
| <b>Posição no Fim do Período 2015</b>                          |         | 5 000 000,00   | 1 000 000,00                           | 55 883,80                   | (4 761 842,31)         | -                                   | (112 972,51)             | 1 181 068,98                 |
| O Contabilista Certificado                                     |         |  |  | O Conselho de Administração |                        |                                     |                          |                              |

| Demonstração das alterações no capital próprio no período 2016 |       |  |  |                             |                        |                                     | Valores em euros         |                              |
|--|-------|--|--|-----------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------------------------|------------------------------|
|  | Notas | Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa |  |                             |                        |                                     | Total do Capital Próprio |                              |
|  |       | Capital Realizado  | Outros instrumentos de capital próprio | Reservas legais             | Resultados transitados | Outras variações no capital próprio |                          | Resultado líquido do período |
| <b>Posição no Início do Período 2016</b>                       |       | 5 000 000,00   | 1 000 000,00                           | 55 883,80                   | (4 761 842,31)         | -                                   | (112 972,51)             | 1 181 068,98                 |
| <b>Alterações no Período</b>                                   |       |  |  |                             |                        |                                     |                          |                              |
| Aplicação do resultado líquido do período                      | 16    |  |  |                             | (112 972,51)           |                                     | 112 972,51               | -                            |
|  |       | -  | -                                      | -                           | (112 972,51)           | -                                   | 112 972,51               | -                            |
| <b>Resultado Líquido do Período</b>                            |       |  |  |                             |                        |                                     | 69 489,52                | 69 489,52                    |
| <b>Resultado integral</b>                                      |       |  |  |                             |                        |                                     | 182 462,03               | 182 462,03                   |
| <b>Operações c/ Detentores capital no Período</b>              |       |  |  |                             |                        |                                     |                          |                              |
| Realizações de capital   |       |  |  |                             |                        |                                     |                          |                              |
| Outras operações   | 14    |  | 1 700 000,00                           |                             |                        |                                     |                          | 1 700 000,00                 |
|  |       | -  | 1 700 000,00                           | -                           | -                      | -                                   | -                        | 1 700 000,00                 |
| <b>Posição no Fim do Período 2016</b>                          |       | 5 000 000,00   | 2 700 000,00                           | 55 883,80                   | (4 874 814,82)         | -                                   | 69 489,52                | 2 950 558,50                 |
| O Contabilista Certificado                                     |       |  |  | O Conselho de Administração |                        |                                     |                          |                              |



## **ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **Nota Introdutória**

#### **1.1 Identificação da Entidade**

##### **1.1.1 Designação da Entidade**

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por ações, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

##### **1.1.2 Objeto e finalidade**

Exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

##### **1.1.3 Sede**

A S.G. é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

##### **1.1.4 Designação da empresa mãe**

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%).Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo

Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

#### **1.1.5 Sede da empresa mãe**

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa, 5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

## **2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Disposições gerais**

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 09 de março de 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015.

## **2.2 Derrogações às disposições do SNC**

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## **2.3 Comparabilidade com o ano anterior**

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## **3 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### **3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e

remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, exceção feita aos bens do equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efetuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado

entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2015, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

| <b>Tipo de bens</b>              | <b>Anos</b> |
|----------------------------------|-------------|
| Edifícios e outras construções   | 3 a 43      |
| Equipamento básico:              |             |
| Viaturas                         |             |
| Motores                          | 8           |
| Caixas velocidades               | 2           |
| Diferenciais                     | 5           |
| Eixos                            | 5           |
| Carroçarias                      | 8           |
| Outros                           | 16          |
| Equipamentos cobrança e controlo | 3 a 8       |
| Programas de cobrança e controlo | 3           |
| Equipamento administrativo       | 5 a 8       |
| Outros activos fixos tangíveis   | 5 a 8       |

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### **Direitos de concessão**

Os direitos de concessão, para o transporte público de passageiros, são atribuídos por tempo determinado e até 10 anos renováveis, sem ultrapassar o dia 03/12/2019, 13 carreiras foram concedidas, sem valor e não passivas de registo como ativos intangíveis.

### **Impostos sobre o rendimento do período**

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

### **Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

### **Outros créditos a receber**

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

### **Caixa e equivalentes de caixa**

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

### **Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar *deficits* de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

### **Provisões**

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex - fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.



Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

### **Ativos e passivos contingentes**

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

### **Reconhecimento de gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### **Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### **Gastos/Rendimentos de financiamentos**

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### **Acontecimentos após a data de balanço**

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 22 de março de 2016 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 27).

### **Capitalização de custos com empréstimos**

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

### **Imparidade**

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação

afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

### **Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores**

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

### **Impostos sobre os lucros**

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2009 e anteriores podem ser reportados por um período de 6 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos;
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

### **Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória**

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o protocolo, assinado em 12/05/2015, há que referir o seguinte:

Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;

Que após o apuramento final, o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector.

Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o *plafond* máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais.

Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

### **Vidas úteis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2015 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

### **3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro**

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

### **3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas**

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## **4 Fluxos de caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

| Descrição                | 31-12-2016        | 31-12-2015        |
|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa                    | 1.000,00          | 1.000,00          |
| Depósitos à ordem        |                   |                   |
| Barclays Bank PLC        | 0,00              | 2.798,00          |
| Montepio                 | 3.616,29          | 985,00            |
| Banco Novo               | 18.733,52         | 38.507,75         |
| BIC                      | 16.537,19         | 23.610,63         |
| Banif                    | 375,72            | 13.818,26         |
| Caixa Geral de Depositos | 101.557,11        | 48.997,73         |
| Millenium BCP            | 1.890,79          | 6.211,30          |
| IGCP                     | 300,00            | 300,00            |
|                          | <b>144.010,62</b> | <b>136.228,67</b> |

## 5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

## 6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

| Rubricas                                     | 31-12-2016            | 31-12-2015            |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Valor Bruto:</b>                          |                       |                       |
| Terrenos e recursos naturais                 | 392.884,00            | 3,95                  |
| Edifícios e outras construções               | 1.408.087,86          | 9.729,26              |
| Equipamento básico                           | 10.296.561,07         | 10.659.832,76         |
| Equipamento administrativo                   | 46.345,08             | 39.320,61             |
| Outros activos fixos tangíveis               | 21.724,15             | 4.389,69              |
|  | <b>12.165.602,16</b>  | <b>10.713.276,27</b>  |
| <b>Depreciação acumulada e imparidade</b>    |                       |                       |
| Depreciação do período                       | -250.975,52           | 15.462,39             |
| Depreciação acumulada de períodos anteriores | -9.758.626,07         | -10.291.963,76        |
| Perdas por imparidade do período             | 0,00                  | 0,00                  |
| Perdas por imparidade de períodos anteriores | 0,00                  | 0,00                  |
|  | <b>-10.009.601,59</b> | <b>-10.276.501,37</b> |
| <b>Valor líquido contabilístico</b>          | <b>2.156.000,57</b>   | <b>436.774,90</b>     |

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2016, são analisados como segue:

| Rubricas                             | Saldo inicial         | Adições             | Abates/alien.      | Saldo final           |
|--------------------------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|
| <b>Valor bruto:</b>                  |                       |                     |                    |                       |
| Terrenos e recursos naturais         | 3,95                  | 392.880,05          |                    | 392.884,00            |
| Edifícios e outras construções       | 9.729,26              | 1.398.358,60        |                    | 1.408.087,86          |
| Equipamento básico                   | 10.659.482,72         | 166.880,66          | -529.802,31        | 10.296.561,07         |
| Equipamento de transporte            |                       |                     |                    |                       |
| Equipamento administrativo           | 39.670,65             | 6.674,43            |                    | 46.345,08             |
| Equipamentos biológicos              |                       |                     |                    |                       |
| Outros activos fixos tangíveis       | 4.389,69              | 17.334,46           |                    | 21.724,15             |
|                                      | <b>10.713.276,27</b>  | <b>1.982.128,20</b> | <b>-529.802,31</b> | <b>12.165.602,16</b>  |
| <b>Depreciação acum e imparidade</b> |                       |                     |                    |                       |
| Terrenos e recursos naturais         | -3,95                 |                     |                    | -3,95                 |
| Edifícios e outras construções       | -9.729,26             | -37.846,56          |                    | -47.575,82            |
| Equipamento básico                   | -10.225.392,76        | -200.402,17         | 517.875,30         | -9.907.919,63         |
| Equipamento de transporte            | 0,00                  |                     |                    | 0,00                  |
| Equipamento administrativo           | -36.985,71            | -4.059,67           |                    | -41.045,38            |
| Equipamentos biológicos              | 0,00                  |                     |                    | 0,00                  |
| Outros activos fixos tangíveis       | -4.389,69             | -8.667,12           |                    | -13.056,81            |
|                                      | <b>-10.276.501,37</b> | <b>-250.975,52</b>  | <b>517.875,30</b>  | <b>-10.009.601,59</b> |
| <b>Total</b>                         | <b>436.774,90</b>     |                     |                    | <b>2.156.000,57</b>   |



Nas adições:

- Em terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, relevam-se a aquisição da Estação da Camacha à empresa-mãe, HF, com base na avaliação efetuada em novembro de 2016 e arredondada para 1.663.600,00 euros, bem como de um reservatório subterrâneo de água;
- Em equipamento básico as adições correspondem essencialmente a reparações efetuadas em órgãos de substituição de viaturas, que por sua vez, deram lugar ao abate dos respetivos órgãos de substituídos;
- Em Equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis, regista praticamente os equipamentos que fazem parte do recheio da Estação da Camacha, entre os quais uma máquina de lavagem de viaturas.

Nos abates/alienações, regista o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 525.952,31 euros e de 3.850,00 euros de 7 impressoras de bordo, por avaria e sem reparação.

Nas depreciações:

- Em edifícios e outras construções, as amortizações da Estação da Camacha, foram calculadas com base na vida útil remanescente, em relação aos anos atribuídos pela empresa mãe (HF) aquando da sua avaliação em 2010 e os decorridos até ao presente exercício;
- No equipamento básico, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

## **7 Acionistas/sócios**

Apresenta um saldo devedor de 321.884,93 euros, valor a receber da HF pela venda de títulos de transporte associados à nossa prestação de serviços interurbanos. Fazemos notar que estes valores são de natureza meramente operacional e corrente e não associada à natureza/perspetiva de acionista.

Aqueles montantes vão ser liquidados, conforme as disponibilidades de tesouraria.

## 8 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, no valor de 5.141,56 euros e refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais.

A SG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

| Data limite de reporte | 31-12-2016          | 31-12-2015          |
|------------------------|---------------------|---------------------|
| 2015                   |                     | 235.481,93          |
| 2017                   | 351.684,19          | 404.612,01          |
| 2018                   | 518.347,53          | 518.347,53          |
| 2026                   | 527.599,85          | 527.599,85          |
| 2027                   | 207.765,57          | 207.765,57          |
|                        | <b>1.605.397,14</b> | <b>1.893.806,89</b> |

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

| Descrição              | 31-12-2016          |                   | 31-12-2015          |                   |
|------------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|                        | Base                | Imposto           | Base                | Imposto           |
| Prejuízos fiscais 2011 |                     |                   | 235.481,93          | 54.160,84         |
| Prejuízos fiscais 2012 | 351.684,19          | 73.853,68         | 404.612,01          | 93.060,76         |
| Prejuízos fiscais 2013 | 518.347,53          | 108.852,98        | 518.347,53          | 119.219,93        |
| Prejuízos fiscais 2014 | 527.599,85          | 110.795,97        | 527.599,85          | 121.347,97        |
| Prejuízos fiscais 2015 | 207.765,57          | 43.630,77         | 207.765,57          | 47.786,08         |
|                        | <b>1.605.397,14</b> | <b>337.133,40</b> | <b>1.893.806,89</b> | <b>435.575,58</b> |

Para além dos prejuízos fiscais, que gerem impostos diferidos, e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

## 9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

| Descrição                                    | 31-12-2016        | 31-12-2015        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Valor Bruto:</b>                          |                   |                   |
| Clientes c/c                                 |                   |                   |
| Gerais                                       | 1.056.767,09      | 479.591,64        |
|  | 1.056.767,09      | 479.591,64        |
| <b>Imparidade acumulada</b>                  |                   |                   |
| Perdas por imparidade do período             | 1.561,16          | 38.738,53         |
| Perdas por imparidade de períodos anteriores | -180.857,53       | -219.596,06       |
|  | -179.296,37       | -180.857,53       |
| <b>Valor líquido contabilístico</b>          | <b>877.470,72</b> | <b>298.734,11</b> |

A variação apresentada, refere-se essencialmente à dívida da HF, 602 mil euros, que passou a ser contabilizada nesta rubrica em vez de acionistas/sócios. As dívidas mais representativas são essencialmente de agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

| Descrição                          | Saldo inicial | Perdas   | Reversões | Saldo final |
|------------------------------------|---------------|----------|-----------|-------------|
| <b>Perdas por imparidade</b>       |               |          |           |             |
| Serviços de turismo                | 179.011,53    | 1.255,00 | 2.816,16  | 177.450,37  |
| Serviços de transporte interurbano | 1.846,00      |          |           | 1.846,00    |
|                                    | 180.857,53    | 1.255,00 | 2.816,16  | 179.296,37  |

As perdas de imparidade registada, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

| Descrição       | até 180 dias | 180 e 365 dias | 365 e 730 dias | Mais de 730 dias |
|-----------------|--------------|----------------|----------------|------------------|
| Clientes gerais | 611.506,62   | 269.531,80     | 153,58         | 175.575,09       |
|                 | 611.506,62   | 269.531,80     | 153,58         | 175.575,09       |

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efetuar serviços e pagamentos e encontram-se ajustados na sua totalidade.

## 10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

| Descrição                             | 31-12-2016       | 31-12-2015       |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Activo</b>                         |                  |                  |
| Imposto sobre o rendimento            | 25.168,74        | 30.790,79        |
| IVA a recuperar                       | 337.693,12       | 195.500,79       |
| IVA reembolsos pedidos                |                  |                  |
| Outros impostos                       |                  |                  |
| Subtotal                              | 362.861,86       | 226.291,58       |
| Imparidade                            | -30.310,30       | -30.806,29       |
|                                       | 332.551,56       | 195.485,29       |
| <b>Passivo</b>                        |                  |                  |
| Imposto sobre o rendimento            |                  |                  |
| Retenções de imposto sobre o rendim   | 9.487,77         | 13.554,21        |
| Contribuições para a Segurança Social | 28.831,07        | 29.504,97        |
| Outras tributações                    |                  |                  |
|                                       | <b>38.318,84</b> | <b>43.059,18</b> |

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2012, os quais ascendem a 31 de dezembro de 2016 a 33.219,41 euros. Em face à reduzida expectativa de recuperação, apresentação de prejuízos sucessivos, a SG tem registado uma perda por imparidade para cada um dos exercícios e anulado à medida que deixa de ser possível o seu reporte, ou seja dedução à coleta. No presente exercício e não prestando atenção que o PEC de 2012 ainda podia ser deduzido no presente exercício e até o final de 2017, procedeu à sua anulação.

Analisando o quadro acima, verifica-se que a SG tem a haver do Estado o montante de 25 mil euros e uma imparidade de 30 mil, diferença esta o IRC do presente exercício. Esta situação vai ser regularizada no exercício de 2017.

Adicionalmente a SG faz ver que desde 2014 até 2016 tem vindo a registar uma imparidade do PEC, como acima referido, em cada um dos exercícios, indevidamente pelo facto da legislação ter sido alterada em 2014 e atendendo que aqueles pagamentos, mesmo que não deduzidos à coleta podem ser reembolsados pela Autoridade Tributária, a pedido da SG e após o fim do prazo de reporte. Por este fato no decorrer do próximo exercício a SG vai proceder à sua regularização.

Face ao descrito no quadro abaixo apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

| PEC  | Data limite de reporte | 31-12-2016       | 31-12-2015       |
|------|------------------------|------------------|------------------|
| 2012 | 2017                   | 2.909,11         | 8.050,67 €       |
| 2013 | 2018                   | 7.951,11 €       | 7.951,11 €       |
| 2014 | 2026                   | 7.505,88 €       | 7.505,88 €       |
| 2015 | 2027                   | 7.298,63 €       | 7.298,63 €       |
| 2016 | 2028                   | 7.554,68         | 7.554,68         |
| 2017 | 2022                   |                  |                  |
|      |                        | <b>33.219,41</b> | <b>38.360,97</b> |

## 11 Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

| Descrição                               | 31-12-2016          | 31-12-2015        |
|---|---------------------|-------------------|
| <b>Valor Bruto:</b>                     |                     |                   |
| Adiantamentos ao pessoal                | 6.184,14            | 3.650,00          |
| Outros devedores                        | 411.698,39          | 125.688,72        |
| Devedores por acréscimos de rendimentos | 705.554,19          | 246.154,33        |
|   | <b>1.123.436,72</b> | <b>375.493,05</b> |
| <b>Imparidade acumulada</b>             |                     |                   |
| Imparidade do período                   | 4.513,69            | 62.805,31         |
| Imparidade de períodos anteriores       | -60.825,86          | -93.320,87        |
|   | <b>-56.312,17</b>   | <b>-30.515,56</b> |
| <b>Valor líquido contabilístico</b>     | <b>1.067.124,55</b> | <b>344.977,49</b> |

As principais variações dos saldos apresentados são:

Nos outros devedores, é essencialmente a dívida da HF, que passou a ser classificada nesta rubrica em vez de acionistas/sócios.

Nos devedores por acréscimos de rendimentos, é praticamente a indemnização compensatória do ano de 2016, no valor de 693.766,41 euros. É de relembrar que as indemnizações compensatórias do ano de 2011 foram faturadas e pagas neste exercício, por este fato, foram efetuadas reversões de ajustamentos no montante 4.513,69 euros relativo ao desconto da dívida e foi reconhecido nas demonstrações financeiras em subsídios à exploração, de acordo com a NCRF nº.20. No exercício de 2015 foi de 62.805,31 euros.

## 12 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

| Descrição                       | 31-12-2016       | 31-12-2015       |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| <b>Activo</b>                   |                  |                  |
| <b>Gastos a reconhecer</b>      |                  |                  |
| Seguros                         | 41.542,36        | 41.837,98        |
| Outros                          |                  |                  |
|                                 | <b>41.542,36</b> | <b>41.837,98</b> |
| <b>Passivo</b>                  |                  |                  |
| <b>Rendimentos a reconhecer</b> |                  |                  |
| Passes                          | 55.386,32        | 59.377,64        |
| Outros                          | 1.820,40         | 1.820,40         |
|                                 | <b>57.206,72</b> | <b>61.198,04</b> |

Nos gastos a reconhecer, o valor corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, referente ao exercício de 2017.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano de 2017.

## 13 Capital subscrito

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2016.

## 14 Outros instrumentos de Capital

O Capital Próprio, que no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo artº. 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 31/12/2016 totalizava 2.700 mil euros.

## 15 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2016 totalizava 55.883,80 euros.

## 16 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 112.972,51 euros, apresentando um valor acumulado de 4.874.814,82 euros negativos.

## 17 Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

| Descrição                                | 31-12-2016        | 31-12-2015        |
|--|-------------------|-------------------|
| <b>Não corrente</b>                      |                   |                   |
| Fornecedores de investimentos            |                   |                   |
| Credores por acréscimos de gastos        |                   |                   |
| Benefícios pós-emprego                   |                   |                   |
| Credores por subscrições não liberadas   |                   |                   |
| Outros credores                          |                   |                   |
| Pessoal                                  |                   |                   |
|  |                   |                   |
| <b>Corrente</b>                          |                   |                   |
| Fornecedores de investimentos            | 229.765,06        | 47.792,13         |
| Credores por acréscimos de gastos        |                   |                   |
| Férias e Subsídio de Férias              | 202.920,50        | 188.554,73        |
| Outras remunerações a pagar              |                   | 44.663,95         |
| Outros credores por acréscimos de gastos | 8.390,26          | 14.116,51         |
| Outros credores                          | 192.656,82        | 191.432,71        |
| Pessoal                                  | 1.231,27          | 1.302,64          |
|  | <b>634.963,91</b> | <b>487.862,67</b> |

Em Fornecedores de Investimento os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em

investimentos, fornecidos pela empresa Mãe – HF, bem como do valor final a pagar referente à aquisição da Estação da Camacha, que de acordo com o contrato de promessa de compra e venda, será liquidado aquando da escritura final.

Em outras remunerações a pagar, registava, em 2015, um acréscimo referente ao subsídio complementar de descanso, atribuído naquele exercício, referente a anos anteriores, em que foi acordado com os trabalhadores ser pago em 2016.

Em outros credores, é praticamente os serviços fornecidos pela Empresa-Mãe HF.

## 18 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

| Descrição                          | 31-12-2016          | 31-12-2015        |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Fornecedores c/c                   |                     |                   |
| Gerais                             | 35.501,94           | 6.701,37          |
| Empresa-mãe                        | 1.224.176,99        | 914.956,29        |
| Facturas em recepção e conferência | 69,96               |                   |
| Adiantamentos                      | -97,15              | -35,79            |
|                                    | <b>1.259.651,74</b> | <b>921.621,87</b> |

Em fornecedores gerais, é o seguro de viaturas registado em 2016 que justifica a variação.

Em Fornecedores Empresa-Mãe, HF, refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas e é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

## 19 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

| Descrição                 | 31-12-2016          | 31-12-2015          |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| <b>Serviços prestados</b> |                     |                     |
| Bilhetes                  | 1.222.742,22        | 1.238.072,68        |
| Vinhetas e passes         | 1.146.518,35        | 1.188.053,37        |
| Turismo e outros          | 926.894,54          | 951.215,81          |
|                           | <b>3.296.155,11</b> | <b>3.377.341,86</b> |

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Em serviços prestados, apresenta uma variação negativa de 81 mil euros e representa menos 2,4%, devendo-se a dois fatores:

- No serviço interurbano, os bilhetes registam uma redução de 15 mil euros (-2,6%) e os passes, também uma redução de 42 mil euros (-3,3%), em relação no ano anterior. No total de títulos, uma redução no montante de 57 mil euros. Neste exercício não houve



alterações no tarifário e as variações refletem a redução do número de passageiros transportados que foi de menos 53 mil passageiros (-4,3%);

- No serviço de aluguer de turismo e outros, verificou-se uma redução de 24 mil euros, representando menos 2,3% que o ano anterior. A variação é mais significativa no serviço de turismo, motivado essencialmente pela redução dos passageiros desembarcados na nossa Região, como já anteriormente referido.

## 20 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

| Descrição                  | 31-12-2016        | 31-12-2015        |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Indemnização compensatória | 753.523,60        | 695.211,42        |
|                            | <b>753.523,60</b> | <b>695.211,42</b> |

Atendendo que o protocolo/contrato para o presente exercício não foi assinado, a indemnização compensatória foi inicialmente registada por estimativa e de acordo com o protocolo efetuado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à SG e no valor de 661 mil euros, Refere também, que o valor provisório a processar em 2015, será o atrás referido, exceto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2015, apresentados pela SG, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar, supostamente em 2016. O valor ainda não foi apurado e não resultando em qualquer alteração.

O protocolo acima, refere ainda, embora relacionado com o período de 2015, refletindo-se em 2016, o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, daquele exercício, seria efetuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2015, sendo efetuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas

empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 34 mil euros a favor da SG. À data do presente relatório, ainda não foi efetuado o apuramento final de 2015.

O valor acima estimado e o montante registado nas Demonstrações Financeiras, divergem em mais 93 mil euros pelo fato da SG ter considerado que as Indemnizações Compensatórias (IC) não se encontram sujeitas a IVA. Daquele, 60 mil euros referem-se ao IVA liquidado das IC recebidas desde agosto de 2014 a agosto de 2016, período pelo qual é aceite regularizações pela Autoridade Tributária (AT). Os restantes 33 mil euros é o IVA do próprio exercício, atendendo que a SG considerava que do valor recebido das IC 5% era para entregar à AT.

O valor apresentado no quadro acima, para o montante apresentado nas demonstrações financeiras, difere em 5 mil euros e deve-se ao facto de ter sido registado um ajustamento relativo ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, referente às indemnizações compensatórias do ano 2011, liquidada neste exercício. O ajustamento foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, na rubrica subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2015 o ajustamento foi no valor de 63 mil euros.

## 21 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

| Descrição                                   | 31-12-2016          | 31-12-2015          |
|---|---------------------|---------------------|
| Subcontratos                                | 68.495,98           | 63.359,57           |
| Serviços especializados:                    |                     |                     |
| Trabalhos especializados                    | 9.096,15            | 18.302,57           |
| Publicidade e propaganda                    | 3.884,52            | 4.384,79            |
| Honorários                                  | 125,00              |                     |
| Comissões                                   | 30.028,11           | 33.659,15           |
| Conservação e reparação                     | 1.019.706,23        | 1.095.244,28        |
| Materiais:                                  |                     |                     |
| Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 6,80                |                     |
| Material de escritório                      | 797,00              | 2.282,51            |
| Outros                                      | 507,10              | 1.468,43            |
| Energia e fluidos:                          |                     |                     |
| Electricidade                               | 752,99              | 766,53              |
| Combustíveis                                | 832.587,53          | 901.197,02          |
| Água  | 3.958,21            | 5.472,21            |
| Deslocações, estadas e transportes:         |                     |                     |
| Deslocações e estadas                       | 536,93              | 59,78               |
| Transportes de mercadorias                  | 0,00                | 6,84                |
| Serviços diversos:                          |                     |                     |
| Rendas e alugueres                          | 114.989,06          | 112.056,00          |
| Comunicação                                 | 10.153,97           | 9.846,24            |
| Seguros                                     | 104.028,79          | 104.430,66          |
| Contencioso e notariado                     | 535,00              | 243,00              |
| Despesas de representação                   | 0,00                | 77,50               |
| Limpeza, higiene e conforto                 | 9.394,51            | 45.282,73           |
| Outros serviços                             | 9.172,87            | 11.563,21           |
|   | <b>2.218.756,75</b> | <b>2.409.703,02</b> |

Os fornecimentos e serviços externos, apresentam uma redução de 190 mil euros, menos 7,9%, que no ano anterior e destacam-se as seguintes rubricas:

- No gasóleo em 69 mil euros e deveu-se essencialmente à diminuição do valor unitário de aquisição, atendendo que o número de quilómetros percorridos só reduziram em cerca de 12 mil;
- Na conservação e reparação de viaturas, em 75 mil euros, menos intervenções, bem como por análise, antiguidade e estado de conservação, foi evitado reparar viaturas que implicasse elevados custos;

- Limpeza, higiene e conforto e lavagens dos autocarros, em 34 mil euros, motivado pela reanálise efetuada a este tipo de serviços, em conjunto com a HF, e conseguindo uma melhor gestão e contratualização com a empresa fornecedora;
- Trabalhos especializados, menos 9 mil euros, praticamente nos serviços de auditoria. Atendendo que o contrato com a empresa que prestava o serviço terminava em 2015, a SG optou por uma efetuar uma consulta de mercado obtendo como resultado a contratualização de uma nova empresa;
- Subcontratos, em 5 mil euros, pelo aumento de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa-Mãe, HF;
- Nas comissões, pela redução das vendas de títulos.

## 22 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

| Descrição  | 31-12-2016          | 31-12-2015          |
|--|---------------------|---------------------|
| Remunerações dos órgãos sociais                          | 35.433,12           | 36.033,12           |
| Remunerações do pessoal                                  | 1.203.438,71        | 1.309.962,89        |
| Outros benefícios  |                     |                     |
| Indemnizações  | 0,00                | 0,00                |
| Encargos sobre remunerações                              | 257.380,84          | 259.289,94          |
| Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais | 11.804,44           | 12.291,43           |
| Gastos de acção social                                   |                     |                     |
| Outros gastos com o pessoal                              | 572,50              | 2.625,00            |
|  | <b>1.508.629,61</b> | <b>1.620.202,38</b> |

As remunerações dos órgãos sociais são valores atribuídos à empresa-mãe, HF, pelo desempenho de cargos sociais na SG.

Em gastos com o pessoal, registou-se uma redução de 112 mil euros, justificado essencialmente pela atribuição retroativa de complementos de descanso compensatórios, no exercício anterior, referentes aos anos de 2006 a 2012 no montante de 126 mil euros.

Há que referir que expurgando os complementos de descanso, verifica-se um ligeiro aumento de 14 mil euros, entre os diversos abonos que compõem esta rubrica.

O número de trabalhadores manteve-se nos 69.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

| Descrição                            | 31-12-2016 | 31-12-2015 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Órgãos sociais                       |            |            |
| Directores/Chefias superiores        |            |            |
| Quadros superiores                   |            |            |
| Quadros médios                       |            |            |
| Chefias intermédias                  | 1          | 1          |
| Profissionais altamente qualificados | 1          | 1          |
| Profissionais semi-qualificados      | 67         | 67         |
| Contratados a prazo                  |            |            |
|                                      | <b>69</b>  | <b>69</b>  |

### 23 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

| Descrição                 | 31-12-2016       | 31-12-2015       |
|---------------------------|------------------|------------------|
| Rendimentos suplementares | 21.349,05        | 5.930,17         |
| Outros                    | 5.820,73         | 9.155,49         |
|                           | <b>27.169,78</b> | <b>15.085,66</b> |

Em outros rendimentos suplementares, refere-se essencialmente a publicidade efetuada em viaturas do serviço interurbano.

### 24 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

| Descrição                                | 31-12-2016       | 31-12-2015       |
|--|------------------|------------------|
| Impostos                                 | 284,00           | 84,76            |
| Descontos de pronto pagamento concedidos | 1.446,18         | 530,67           |
| Investimentos não financeiros            | 11.927,01        | 6.797,32         |
| Outros                                   | 9.771,63         | 8.349,25         |
|  | <b>23.428,82</b> | <b>15.762,00</b> |

Nos investimentos não financeiros, refere-se essencialmente a abates de órgãos de substituição de viaturas;

Nos outros a anulação dos pagamentos especiais por conta de IRC.

## 25 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

| Descrição                    | 31-12-2016        | 31-12-2015        |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Gastos</b>                |                   |                   |
| Propriedades de investimento |                   |                   |
| Activos fixos tangíveis      | 250.975,52        | 249.670,19        |
| <b>Reversões</b>             |                   |                   |
|                              | <b>250.975,52</b> | <b>249.670,19</b> |

Pela análise do quadro acima, não se verifica qualquer variação significativa, no entanto há que relevar o seguinte:

- Em edifícios e outras construções, as amortizações do edifício da Estação da Camacha, adquirida no presente exercício, calculadas com base na vida útil remanescente, em relação aos anos atribuídos pela empresa mãe (HF) aquando da sua avaliação em 2010 e os decorridos até ao presente exercício;
- Em equipamento básico, são praticamente as amortizações dos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, atendendo que as viaturas estão praticamente amortizadas pelo esgotamento de sua vida útil.

## 26 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da SG.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433,12 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na SG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

| Descrição                             | 31-12-2016           | 31-12-2015           |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Vendas e prestações de serviço</b> |                      |                      |
| Empresa-mãe                           | 2.391,13             | 14.485,40            |
| Outras partes relacionadas            |                      |                      |
| <b>Gastos</b>                         |                      |                      |
| Empresa-mãe                           | -3.975.762,62        | -2.358.586,13        |
| Outras partes relacionadas            | -125,00              |                      |
|                                       | <b>-3.973.371,49</b> | <b>-2.344.100,73</b> |

A variação mais significativa, resulta da compra da Estação da Camacha e as restantes transações referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

| Descrição       | 31-12-2016         | 31-12-2015        |
|-----------------|--------------------|-------------------|
| <b>Activos</b>  |                    |                   |
| Empresa-mãe     | 1.273.502,45       | 1.250.539,16      |
| <b>Passivos</b> |                    |                   |
| Empresa-mãe     | -1.637.902,40      | -1.143.363,68     |
|                 | <b>-364.399,95</b> | <b>107.175,48</b> |

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da SG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

## 27 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa.

## 28 Outras informações

### 28.1 Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo ao relatório do conselho de administração  
a que se refere o nº. 5 do Artº. 447º. do (C.S.C.) Código das sociedades comerciais

| ORGÃOS SOCIAIS<br>(Artº. 447º., nº. 1 do C.S.C.)   | Nº. ACÇÕES<br>EM 31/12/2015        | Nº. ACÇÕES<br>EM 31/12/2016        |
|--|------------------------------------|------------------------------------|
| <b>Exercício de 2015:</b>  |                                    |                                    |
| MESA DA ASSEMBLEIA GERAL<br>João Heliodoro da Silva Dantas<br>António Manuel Pita Rentróia   |                                    |                                    |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO<br>Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves<br>João Alcindo de Freitas<br>António José Jardim Faria                                       |                                    |                                    |
| FISCAL ÚNICO<br>KPMG & Associados S.R.O.C., SA<br>Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632   |                                    |                                    |
| <b>Exercício de 2016:</b>  |                                    |                                    |
| MESA DA ASSEMBLEIA GERAL<br>António José Jardim Faria<br>António Manuel Pita Rentróia  |                                    |                                    |
| CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO<br>Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves<br>Cláudia Patrícia Rodrigues Pereira do Couto Cardoso<br>Susana Maria Florenço Pinto Correia |                                    |                                    |
| FISCAL ÚNICO<br>BDO & Associados, SROC, Lda. nº. 29<br>Rep. por João Paulo Torres da Cunha Ferreira - Roc. n.º 952   |                                    |                                    |
| <b>ACCIONISTAS</b><br>(Artº. 447º., nº. 2, alínea d) do C.S.C.)  | <b>Nº. ACÇÕES</b><br>EM 31/12/2015 | <b>Nº. ACÇÕES</b><br>EM 31/12/2016 |
| Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.  | 1.000.000                          | 1.000.000                          |

**Informação a que se refere o nº. 4 do Artigo 448º. do C.S.C.**  
Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2016  
a seguinte posição:

| ACCIONISTAS                                       | Nº. ACÇÕES | %   |
|---|------------|-----|
| Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A. | 1.000.000  | 100 |

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



## **Agradecimentos**

A execução do plano de atividades no exercício de 2016 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Aos nossos clientes sem exceção.
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista;
- A RAM, em particular a Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, e à Secretaria das Finanças e da Administração Pública e os seus serviços, que nos ajudaram no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.
- Os quadros da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A, pelo esforço e empenho no cumprimento dos objetivos propostos.

A todos e a todas o nosso muito obrigado.



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 4 942 346 euros e um total de capital próprio de 2 950 559 euros, incluindo um resultado líquido de 69 490 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que:

As contas do exercício anterior foram objeto de Revisão Legal das Contas, por parte de outros auditores, os quais emitiram uma opinião sem reservas e com uma ênfase relativo ao Capital Próprio da Empresa, e à perda de metade do capital social da mesma. Em 2016 verificou-se novo reforço de capital, por via de prestações suplementares de capital, em 2 700 000 euros, que permitiu voltar a colocar os capitais próprios dentro dos limites legais, conforme previsto no artigo 35º do Código

das Sociedades Comerciais. Não obstante este incremento, refira-se que, na medida em que as demonstrações financeiras foram preparadas na ótica da continuidade das operações, a Empresa encontra-se dependente do equilíbrio dos gastos de exploração com os proveitos de exploração, no sentido de mitigar o suporte financeiro do acionista. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Não tendo até à data sido celebrado o contrato relativo ao pagamento de compensações por obrigações de serviço público referentes a 2016, a Empresa considerou nas suas demonstrações financeiras de 2016, um acréscimo de rendimento de 693 766 euros, valor idêntico ao do protocolo assinado relativo a 2015. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de março de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'J.P.T. C.F.', written over a horizontal line.

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

### *Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2016, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

### *Parecer*

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2016;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 15 de março de 2017

O FISCAL ÚNICO



João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de  
BDO & Associados - SROC, Lda.